

Neste livro:

Ana Francisca de Azevedo cria a ideia de desgeografização do corpo como *mobile* através do qual emergem novas políticas de lugar, declinando uma visão da terra 'naturalizada' pelos sistemas de signos geográficos que sustentam as modernas espacialidades, propondo a ruptura com uma geografia do sujeito único.

Benedict Hoff aborda a complexidade de estéticas alternativas postas em jogo por filmes 'art house', para indagar o grau de eficiência de novas técnicas filmicas usadas para a aproximação a problemáticas específicas como o corpo e a sexualidade, manifestadas de modo diferente em diversas culturas.

Chris Philo analisa, através da descrição e análise minuciosa de prisões e instituições similares, a importância das proposições biológicas sobre a vida e a morte e a exposição crítica das múltiplas formas como têm sido constrangidamente manipuladas por 'soberanos' com o poder de deixar viver ou fazer morrer.

Eduardo Brito-Henriques apresenta uma reflexão sobre as geografias particulares que as múltiplas possibilidades do corpo trans- ou pós-humano geram nas sociedades contemporâneas, apoiando-se no conceito de utopianismo na hipermodernidade e nas correspondentes novas práticas biomédicas e biotecnológicas de produção do corpo.

Joana Lima argumenta que perceber o corpo e a linguagem em *Moon Palace* de Paul Auster implica, necessariamente, pensar a Viagem e o Lugar; sustenta que as viagens físicas traduzem momentos de exploração individual e obrigam ao reconhecimento da condição fragmentária da identidade; olham e ensaiam o próprio processo da escrita.

João Sarmento discute a espacialidade e performance do seu próprio corpo numa viagem forçada à América do Norte e explora a diferença, inquietação e marginalidade que a cor da pele provoca na Lisboa pós-colonial, partindo de um jogo de futebol amigável.

José Ramiro Pimenta defende que pode detectar-se uma configuração opositiva entre Foucault e Said (sexualização e des-sensualização) no que diz respeito à corporealização do tempo nas respectivas teorias históricas, em ambos os casos se pretendendo criar um contexto eficiente de afirmação da própria individualidade intelectual e política.

Roberta Gilchrist descreve e interpreta documentos arqueológicos e históricos com o intuito de penetrar o mundo da afectividade das mulheres religiosas da Idade Média; uma inesperada personalização e transposição interior do erotismo e da sexualidade em situações de absoluta clausura.

Teresa Mora revela as vozes de um percurso de resistência aos 'mandamentos' que regulam a cultura científica, arriscando avançar com um conjunto de impressões pessoais associadas aos modos recorrentes de expressão territorial do conhecimento científico e à problemática específica da articulação do corpo com a razão.

iii figueirinhas

Outras obras coordenadas pelos mesmos autores:

Ensaio de Geografia Cultural. Porto: Figueirinhas (2006), com artigos de Paul Claval, Denis Linehan, Michael R. Curry, Ana Francisca de Azevedo, José Ramiro Pimenta e João Sarmento.

Geografias Pós-coloniais. Porto: Figueirinhas (2007), com artigos de Ana Francisca de Azevedo, James D. Sidaway, João Sarmento, José Ramiro Pimenta, Marcus Power, Matthew Gandy e Richard Phillips.

A.F. de Azevedo, J.R. Pimenta e J. Sarmento

GEOGRAFIAS DO CORPO



iii

Coordenação

de

Ana Francisca de Azevedo José Ramiro Pimenta João Sarmento

GEOGRAFIAS DO CORPO

Ensaio de Geografia Cultural

Ana Francisca de Azevedo

Benedict Hoff

Chris Philo

Eduardo Brito-Henriques

Joana Lima

João Sarmento

José Ramiro Pimenta

Roberta Gilchrist

Teresa Mora

iii figueirinhas

© (2009) Livraria Figueirinhas

Geografias do Corpo. Ensaios de Geografia Cultural

Coordenação: Ana Francisca de Azevedo, José Ramiro Pimenta, João Sarmento

Autores: Ana Francisca de Azevedo, Benedict Hoff, Chris Philo, Eduardo Brito-Henriques, Joana Lima, João Sarmento, José Ramiro Pimenta, Roberta Gilchrist, Teresa Mora

Capa:

Fotografia: *árvore mãe*, de Jorge Correia Ribeiro ©

Arranjo gráfico: Cisca, Pfeffer & Séan.

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro pode ser reproduzida sob qualquer forma sem a permissão do editor e coordenadores.

Depósito legal:

ISBN: 978-972-661-218-699

Índice

As geografias culturais do corpo <i>A. F. de Azevedo, J. R. Pimenta e J. Sarmiento</i>	11-30
Desgeografização do corpo. Uma política de lugar <i>A. F. de Azevedo</i>	31-80
Fausto entre nós. Geografias pós-humanas <i>E. Brito-Henriques</i>	81-98
O corpo dessexuado: a vida interior das mulheres religiosas da Idade Média <i>R. Gilchrist</i>	99-122
Uma experiência com a linguagem do cinema: objetivos, efeitos e consequências. <i>B. Hoff</i>	123-144
Corpo, identidade e linguagem nas cavernas de ‘Moon Palace’ <i>J. Lima</i>	145-164
O véu territorial da razão e o corpo como natureza-morta <i>T. Mora</i>	165-186
População acumulada: corpos, instituições e espaço <i>C. Philo</i>	187-226
O corpo, lugar do tempo <i>J. R. Pimenta</i>	227-260
As inescapáveis geografias do corpo: mobilidade, escala e lugar <i>J. Sarmiento</i>	261-282

As inescapáveis geografias do corpo: mobilidade, escala e lugar.

João Sarmento

Situar o corpo no centro das questões empíricas e teóricas tem sido uma das acções mais entusiasmantes na Geografia da última década.

R. LONGHURST, *The body*¹

Introdução

Num dos momentos mais macabros e chocantes do filme *Kandahar* (2001), vários homens em canadianas apressam-se em desespero com o fito de alcançarem próteses de membros que são lançadas em pára-quedas por um avião da Cruz Vermelha e vão flutuando num cenário paisagístico de extrema beleza estética. Mohsen Makhmalbaf, realizador Iraniano que rodou o filme entre ameaças de morte, alcança aqui uma harmonia bizarra e fascinante de vergonha, lirismo e futilidade. A globalidade dos membros que sobrevoam um Estado cerrado por fronteiras controladas, e a localidade perdida e negligenciada dos corpos que lutam por uma permanência móvel, transportados para um sentido de complacência global inaceitável, para um momento de ausência ética, fazendo transparecer a relação putrefacta entre corpos e espaço, políticas e poder, paisagem e história.

Se é certo que a Geografia Cultural contemporânea, influenciada pelas correntes feministas e mesmo pós-coloniais, tem colocado uma ênfase particular na posicionalidade do investigador(a), na

sua inescapável influência nos processos de investigação, na forma como o conhecimento geográfico que se produz é corporizado, conivente com corpos sociais e geográficos², poucos têm sido os estudos em que o corpo do investigador se constitui em si mesmo como o objecto da investigação ou como o elemento central da investigação. Neste artigo bipartido, pretendo centrar a primeira parte da discussão no meu próprio corpo, e fazer dele o ponto de partida para uma reflexão sobre as diferenças entre corpos no espaço, um espaço entendido como profundamente relacional, que coloca em tensão os micro-espacos das nossas próprias geografias intersticiais, no seu sentido literal, e as geografias globais, de alcance planetário, onde outros corpos se movem e habitam. Desta forma, a ‘anormalidade’ de um micro-espaco do meu corpo transforma esta primeira parte do artigo numa viagem transatlântica em busca de uma solução médica. Viagem esta que revela confrontos entre corpos diferentes, que assinala clivagens em que a cor da pele e a ‘classe’ dos corpos é determinante. Até certo ponto pretendo desafiar certas concepções pós-estruturalistas do corpo, pois a materialidade, a cor, a altura, o peso, a origem do meu próprio corpo, dão forma a um território linguístico de carne e fluidos muito significativos. Se bem que o artigo não se institui a partir de um ponto de vista feminista, partilho aqui as preocupações feministas de que falar de corpos sem carne, sem materialidade, é uma ilusão (geralmente masculina), que serve para preservar práticas e políticas corporais hegemónicas. Ao mesmo tempo, não posso deixar de ter em mente a provocação de Harvey³, pois se bem que o retorno do corpo como lugar de um enraizamento ontológico e epistemológico mais autêntico do que as abstracções teóricas que durante muito tempo vigoraram como dominantes é justificado, este retorno não é por si garantia de nada excepto da produção de um auto-referenciamento narcisista.

Na segunda parte deste texto conto uma outra história, que explora a diferença, a inquietação e a marginalidade que a cor da pele e a sua quase determinística associação a uma classe desfavorecida e excluída ainda provoca na sociedade portuguesa contemporânea. Partindo de uma breve análise ao contexto e incidentes resultantes de um jogo amigável de futebol realizado entre as selecções nacionais

de Portugal e de Angola em 14 de Novembro de 2001 em Lisboa, procuro destacar as tensões raciais existentes em Portugal, que resultam em parte de um processo de descolonização súbito e, não apenas recente, mas ainda mal digerido, e que levam a novas viagens entre ‘nós’, a nossa ideia de Europa e ‘o outro’ africano, aqui e lá, que constroem o ‘outro’ como o problema, parte das ‘gerações perigosas’, sendo raramente entendido enquanto sujeito social com histórias singulares que vive, reproduz e traduz tensões no espaço.

I Próteses e lutas de escalas

It is going to be very difficult, to be honest ...
I am not confident I am going to make it.
O. PISTORIUS⁴

Os nossos corpos são inescapáveis. São superfícies de inscrições sociais e culturais, que albergam subjectividade, são sítios de prazer e de dor, são públicos e privados, têm fronteiras permeáveis que são atravessadas por fluidos e sólidos; são materiais, discursivos e físicos⁵. É neles que começa toda a geografia que possamos ver, observar, medir, calcular, analisar. Clinicamente o meu corpo não é bem ‘normal’ desde que nasci. Não se conforma à regularidade estatística definida medicamente como sendo normal. Os parâmetros ‘normais’ de diâmetros, gradientes de fluxos, calibres, tortuosidades, motilidades, amplitudes de aberturas, etc. nem sempre são cumpridas. Aconselham-me os médicos a ter comigo um electrocardiograma recente pois o ‘normal’ deste meu gráfico mostra alguém que está prestes a ter um ataque cardíaco. Na nossa presente sociedade ocidental avançada, estas ‘anomalias’ levam a uma condição de inabilitado para diversas funções públicas e sociais, como por exemplo a realização do serviço militar obrigatório (que deixou de o ser), a participação em missões observação eleitoral da União Europeia, etc. Em tudo o mais, a pérfida força masculina de um corpo de mais de 90 quilos é empurrada para o desempenho de todo um conjunto de performances sociais que sustentam e alimentam ainda o género no espaço.

De forma um pouco inesperada e súbita recebi a notícia de que as tortuosidades internas do meu corpo apresentavam configurações

pouco aconselháveis e que necessitavam de correcções urgentes. Alimentado pela prática de horas sem conta de metodologias virtuais⁶, despoitei uma interacção electrónica com diversos centros médicos em dois continentes, com inúmeros especialistas médicos, e submergi numa linguagem técnica metamorfoseando conceitos geográficos como crescimento, sprawling, fluidez, amplitude, etc. em aneurismas, stents, fluxos e gradientes sanguíneos, esquemias, calibres e tortuosidades, velocidades sistólicas e acelerações, etc. A mudança de registo não pareceu assim tão radical. Continuei a falar de espaços, de formas e de processos; a diferença residia na escala e delicadeza individual. O carácter experimental da medicina fez-me decidir por quem repete mais vezes por dia um determinado procedimento, e tratei de organizar uma viagem quase dissimulada de *Health Tourism* ao Texas, nos Estados Unidos.

Juntamente com cerca de duas centenas de diferentes corpos humanos desloquei-me a 900 quilómetros por hora para percorrer os 7820 quilómetros de Londres a Houston em cerca 8 horas. Os corpos aparentemente fixos ressentiam-se do ambiente esterilizado da cabine hermética e pressurizada que desidrata. Dentro de cada corpo, ondas electromagnéticas deslocavam-se a velocidades próximas dos 300 mil quilómetros por segundo, fazendo funcionar o cérebro e reduzindo a velocidade do Airbus a um mero jogo de crianças. No entanto os corpos sentiam a artificialidade do movimento aéreo, e a deslocação superior a 30 quilómetros por hora, limite máximo para o qual o nosso corpo foi concebido (36 km/h como máximo em prova de 100 metros), provocava um desequilíbrio corporal.⁷

Chegado ao *George Bush Intercontinental Airport*, em Houston, ajustei o relógio: o ponteiro anda 6 horas para trás. Para tentar concertar uma pequena parte do corpo percorri um quinto da circunferência terrestre, uma distância aproximada da viagem de 33 dias de Colombo de Espanha às Índias. Choca aqui uma Geografia de céus riscados de cápsulas móveis que transportam corpos pelo globo, com o meu interior, essa micro-geografia que precisa de ‘um aperto’. A materialidade visível do meu corpo, e não estas micro-geografias, fizeram-me estar na fronteira de entrada dos Estados Unidos mais tempo do que a maior parte dos altos, louros, de olhos azuis que

viajavam ao meu lado. O meu semblante moreno, para muitos quase magrebino ou mesmo persa, nomeou-me como potencial ‘ameaça’. A fluidez, fluxo e mobilidade paradigmática do espaço aeroporto deteve-se, perante esta estratégia de *profiling*.⁸ Uma estratégia que não deveria ser discriminatória, mas baseada num conjunto diverso de informação recolhida previamente, era-o: nacionalidade, etnicidade, religião, género, etc. constituíam a base da triagem. O pós Setembro 2001, o *Department for Homeland Security*, o *Patriot Act*, etc. davam assim forma às evoluções do processo de vigilância do corpo, à medição biométrica, à criação de elites de negócios cinéticas⁹, à selecção material de corpos e suas mobilidades, a geografias do medo, do terror e de paranóia colectiva. A prova da transferência financeira por via electrónica para o hospital americano tranquilizou os ‘serviços de estrangeiros e fronteiras’, e fui novamente ‘posto em marcha’.

Quando aterrei em Houston, rapidamente tomei conhecimento que tinha chegado à ‘cidade mais obesa dos estados Unidos’, classificação atribuída pela *Men’s Fitness Magazine* resultante de um estudo de análise de diversos critérios¹⁰. O antropomorfismo de ‘cidade gorda’, serve quer para a obesidade dos seus habitantes, quer para a sua forma de metrópole em derrame acentuado¹¹. Significativamente, os geógrafos urbanos têm-se mantido particularmente silenciosos acerca das relações entre a obesidade e as formas urbanas¹². Esta obesidade visível nos autocarros, no hospital, nos restaurantes, tinha no entanto uma dimensão social e racial. Eram os afro-americanos hispânicos os que me pareciam mais obesos, sendo que os brancos me surgiam como os aparentemente mais saudáveis. Dentro do próprio hospital, onde encontrei um restaurante da cadeia MacDonalds (dos seus 8300 restaurantes nos Estados Unidos, 18 funcionam dentro de hospitais), parecia-me haver uma clara predominância de médicos, funcionários e pacientes afro-americanos. A literatura científica que encontrei *a posteriori* confirmou essa suspeita. Hoelscher *et al*¹³, num estudo sobre obesidade nas escolas no Texas, referem que não só a prevalência de obesidade nas crianças é maior no Texas do que a média americana, mas são sobretudo os rapazes hispânicos e as raparigas afro-americanas que têm índices de obesidade mais eleva-

dos. Pelo contrário, as crianças brancas, sobretudo raparigas, são as que têm percentagens de obesidade mais reduzidas. Block, Scribner e DeSalvo¹⁴ encontraram também, em relação a Nova Orleães, que os bairros habitados predominantemente por afro-americanos têm 2,4 restaurantes de fast-food por milha quadrada, enquanto esta densidade é de 1,5 para bairros habitados predominantemente por brancos. A exposição a este tipo de alimentação tem contornos económicos e geográficos claros, com consequências na política e economia de corpos obesos.

Na paisagem urbana destacavam-se diversos edifícios imponentes de centros hospitalares. Com uma lente mais fina, transparecia a importância do fenómeno globalizado do Turismo de Saúde. Várias cadeias de hotéis localizavam-se perto destes centros médicos de excelência; pequenos *shuttles* transportavam pacientes e familiares de lá para cá; mais afastados, inúmeros condomínios fechados, autênticos *resorts* urbanos, especializavam-se, prestando serviços personalizados no alojamento de pacientes e respectivas famílias; empresas de consultoria forneciam serviços de enfermeiras, médicos, acompanhantes para pacientes de e para os seus países de origem, e todo o tipo de serviços de saúde. Em 2006, em termos mundiais, a indústria de turismo médico estava avaliada em 40 mil milhões de euros. Se em muitos países se trata de tratamentos a um mais baixo custo (uma rinoplastia que na Índia tem um custo médio de 500 euros, nos Estados Unidos custa cerca de 4000 euros, por exemplo), a indústria do turismo médico em Houston especializa-se em serviços altamente tecnológicos e de vanguarda, tendo a cidade alguns dos melhores hospitais americanos. A importância desta indústria levou mesmo à criação em 2005 de um centro internacional de serviços médicos para visitantes no terminal das chegadas do aeroporto internacional George Bush, por forma a acolher os cerca de 10,000 pacientes internacionais que chegam todos os anos. Ao mesmo tempo, 46 milhões de americanos não têm seguro de saúde.

Enquanto o meu corpo 'pós-humano'¹⁵ em recuperação fazia zapping numa das duas televisões do pequeno apartamento em que convalescia, ora via o torneio de ténis dos Estados Unidos - Flushing Meadows - em Nova Iorque, onde corpos saudáveis lutavam incon-

sequentemente, mas com as mesmas regras, contra a superioridade de um Suíço, ora observava o prenúncio de uma tempestade tropical que anunciava tornar-se furacão e atingir a costa dos Estados Unidos. À medida que esta se desenvolvia, e a sua magnitude e rota incerta começava a torná-la numa ameaça e fenómeno de dimensão global, matutava nas formas como o meu corpo poderia escapar a

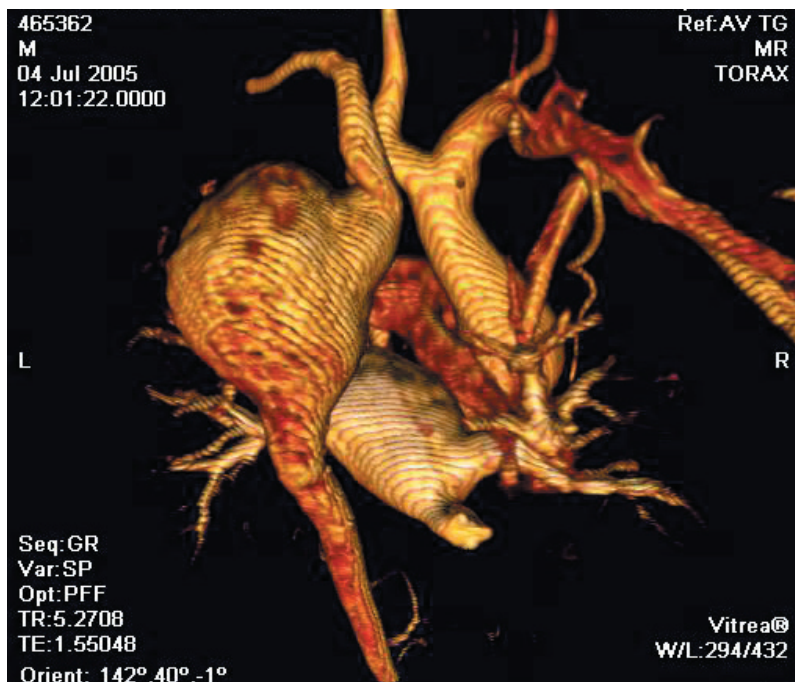


Figura 1 – Paisagens intersticiais

Fonte: Arquivo próprio

esta globalidade. Como podia eu colidir com um fenómeno climático de origem global por causa de uma pequena parte do meu corpo? O absurdo do furacão chocar com a minha aorta tornava-se um paradoxo de escala. No apartamento do condomínio fechado de classe média, um dos 7 milhões de alojamentos (6%) por detrás de muros e grades nos Estados Unidos¹⁶, nós, os poucos ou únicos não (auto) mobilizados estávamos ancorados, fixos no espaço, armadilhados

numa cidade e Estado fortemente auto-mobilizado: em média um habitante de Houston viaja de automóvel mais de 16,000 km por ano, número só inferior aos dos habitantes de Atlanta (em Portugal ronda os 10,000 km).

O aparente controlo da transferência electrónica global de capital, os corpos a 900 quilómetros por hora, a ‘morte’ do espaço e do Atlântico com os intercâmbios de mensagens e ficheiros de informação que tão depressa se desagregavam em pacotes que percorriam o globo como se juntavam de forma inteligível no destinatário pretendido, tudo isso parecia desmorrar-se perante os cenários apresentados. A escala da mobilidade do meu corpo tinha encolhido ferozmente. Neste pensamento de fuga, encontravam-se também muitos outros corpos. E aqui se viu o fosso enorme que divide ‘classes de corpos’, corpos brancos e corpos negros, corpos com poder e corpos marginais. A exclusão da mobilidade foi atroz. O corpo enquanto sítio político de luta e contestação aflorava.

Quando o furacão Katrina atingiu a costa do Golfo dos Estados Unidos, em 29 de Agosto de 2005, afectou cerca de 233,000 km² (cerca de duas vezes e meia a superfície de Portugal continental) nos estados de Luisiana, Mississípi e Alabama. Nova Orleães era particularmente atingida, tendo a catástrofe sido maior devido ao rebenatamento dos diques que protegiam a cidade. À medida que os ecrãs de televisão derramavam imagens de Americanos negros desesperados por assistência após a tempestade, muitos telespectadores não podiam deixar de ‘ver’ raça e racismo a funcionar¹⁷, bem como a luta tremendamente desigual que começava a assumir proporções catastróficas na área do Golfo americano. As imagens do Superdome e Centro de Convenções mostravam que a esmagadora maioria das vítimas que ainda estava na cidade era negra. Os media utilizavam desproporcionadamente o termo ‘refugee’ em relação a ‘evacuee’, denotando um preconceito linguístico racista, e após uma semana, o presidente Bush reprovou este uso, e diversas organizações aconselharam em alternativa o uso de termos como ‘evacuados’, ‘sobreviventes’ ou ‘vítimas’¹⁸. Uma visão simplista era difundida, mascarando a subtilidade do racismo cultural e institucional. Após a passagem do furacão, o número de evacuados ou de ‘internally dis-

placed persons' subiu para cerca de um milhão. O fenómeno global acabou por não se mostrar trágico para a minha geografia intersticial, e de novo a 900 quilómetros por hora, se bem que numa cadeira de rodas temporária, regressei a Portugal. Do avião espreitei o céu. Kandahar estava longe; adormeci a sonhar com próteses a flutuar no espaço.

II Corpos em Luta

Hoje eu tenho que sublinhar, acima de tudo,
a raça, o dia da raça, o dia de Portugal, de
Camões e das Comunidades Portuguesas¹⁹

No dia 14 de Novembro de 2001, sensivelmente 40 anos após o início da guerra entre Portugal e Angola, 22 corpos masculinos, aparentemente e medicamente aptos para praticarem um desporto que exige força física, técnica e determinação, entraram num espaço de cerca de 8000 m² (antigo estádio de Alvalade), para fazerem um jogo amigável, que servisse de preparação para o Campeonato Mundial de Futebol de 2002. Das duas selecções – Angola e Portugal - apenas a primeira se tinha qualificado. Neste espaço de fronteiras conhecidas, 18 portugueses (alguns dos quais descendentes de africanos²⁰) e 18 africanos enfrentaram-se somente pela segunda vez numa situação de aparente igualdade: o primeiro jogo entre estas equipas tinha-se realizado em 1989, também em Lisboa; todos os confrontos anteriores foram desiguais; o ‘assimilado’ nunca deixou de ser um ex-indígena (ver mais adiante)²¹.

Nesta última ocasião, em 2001, sucedeu algo de invulgar no futebol: o jogo amigável foi suspenso a 20 minutos do fim, devido à equipa angolana ter menos de 7 jogadores em campo: 3 jogadores foram expulsos por faltas ‘violentas’, ‘entradas duríssimas’ – assim são classificadas pelos media especializados – um por insultos dirigidos ao árbitro e um último por alegada lesão física. O resultado era então de 5 a 1, favorável a Portugal, tendo Angola estado a ganhar por 1-0. A tensão decorrente destes acontecimentos dentro do campo, reflectiu-se e ‘contagiu’ o ambiente fora do campo, nas bancadas e fora do estádio, e adeptos identificados como Angolanos,

arrancaram cadeiras, enfrentaram a polícia, vandalizaram paragens de autocarro, automóveis e montras comerciais.

João Paulo N'Ganga, sociólogo e à época dirigente da Associação SOS Racismo, afirmou que o que estava em causa, na perspectiva dos Angolanos, não era apenas um jogo de futebol, mas uma partida entre ex-colonizadores e ex-colonizados: 'Roubaram-nos no campo como nos roubam no dia-a-dia'²². Esta ideia de injustiça esteve também presente nas palavras do presidente da Federação Angolana de Futebol, Justino José Fernandes, ao declarar que teria sido melhor se o árbitro do encontro pertencesse ao universo da lusofonia: 'preferia que o jogo tivesse sido apitado por um árbitro português, cabo-verdiano ou moçambicano'. Na verdade o árbitro era europeu, francês, e branco. O seleccionador Angolano, Mário Calado, referiu que este 'lamentavelmente sentiu-se complexado por uma equipa africana estar a vencer a selecção portuguesa'. Em Angola, o acontecimento não foi muito destacado pela imprensa. No entanto, o *Jornal de Angola* de 15 de Novembro escrevia: 'Árbitro estraga festa em Alvalade (...) parcialidade absoluta e uma dualidade de critérios jamais vista'. A inconsciência, agressividade e violência rotuladas pelos media portugueses aos jogadores angolanos, era para os dirigentes e media angolanos vista como virilidade e masculinidade. Aliás, o presidente do comité olímpico angolano, Rogério Silva, estendeu geograficamente este vigor a todo o continente africano, avisando que Portugal não deve esperar menor virilidade das equipas africanas que venha a defrontar no Mundial de 2002.

Sintomaticamente, cerca de um mês antes deste encontro de futebol, a 7 de Outubro de 2001, no Parque dos Príncipes em Paris, jogaram pela primeira vez as selecções de França e da Argélia (independente desde 1962). Os assobios ao hino da Marselhesa foram um prelúdio para a invasão de campo que mais tarde ocorreu, quando a equipa de França vencia por 4 a 1. Não ousando sequer por um segundo analisar as justiças ou injustiças desportivas no campo, as tensões que nascem e se propagam de dentro para fora do campo, ou vice-versa, por vezes sintomáticas de situações que transcendem em muito os 8000 m²²³, devem ser analisadas e contextualizadas não só

na história colonial dos intervenientes, mas na situação pós-colonial que existe ‘cá’ e ‘lá’.

No jogo de Lisboa, contavam-se 12 Angolanos a residir e jogar em Portugal, sendo que seis destes efectivamente jogaram (incluindo a estrela Mantorras, jogador do Benfica). Alguns eram mesmo colegas de equipa dos agora adversários que defrontavam. Os jogadores Angolanos tinham idades compreendidas entre os 21 anos (nascidos em 1982) e os 31 anos (nascidos em 1970). Nesta última data, Angola já estava em guerra com Portugal (desde 1961), e após a independência do país, em 1975, uma longa guerra civil de 27 anos teve lugar (apenas entremeada por dois períodos de ‘nem guerra, nem paz’, em 1991-2 e 1994-98), apoiada pelas potências da Guerra Fria até ao final dos anos 80. Só terminaria em 2002, um ano após este jogo ter tido lugar. Dois anos antes do jogo, em 1999, a Unicef escrevia que Angola era o pior país do mundo para se ser uma criança²⁴.

A imigração de jogadores africanos tem já uma longa história²⁵, tendo começado na década de 50 com jogadores como Matateu, José Águas, Hilário, Costa Pereira, Mário Coluna, entre outros, muitos dos quais naturalizados e assim representantes e responsáveis em grande medida pelos sucessos da selecção nacional Portuguesa dessa época, que atinge o seu auge de significado político com a ascensão de Eusébio, conhecido como ‘a pantera negra’, a símbolo nacional. Nada podia dar mais jeito a Salazar do que um ‘assimilado de cor’ constantemente enaltecido publicamente na metrópole, constituindo um recurso colonial e neo-colonial²⁶.

Dos mais de meio milhão de retornados que entrou em Portugal entre 1975 e 1977, 61% veio de Angola²⁷. Muitos, como os três filhos de Isilda, do romance de Lobo Antunes *O Esplendor de Portugal*, nunca tinham estado na ‘metrópole’. Segundo os censos do INE de 2001, havia em Portugal 37,014 cidadãos de nacionalidade angolana (26,702 com estatuto de residente em 2004 segundo o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras) e 124,756 de nacionalidade portuguesa mas de naturalidade angolana (35,9% do total dos portugueses nascidos no estrangeiro). Eram assim à altura a terceira maior comunidade estrangeira no país (atrás da cabo-verdiana e brasileira), a se-

gunda dos PALOP, e em forte crescimento na década de 90. A estes números oficiais, haverá que acrescentar os clandestinos.

Dora Poseidónio²⁸, num trabalho sobre a integração da comunidade angolana (descendentes Angolanos e Luso-Angolanos) na área metropolitana de Lisboa, conclui que existem diversas dificuldades e problemas de integração e estigmatização nas pessoas deste grupo: estão sobre-representados em bairros degradados, em habitações sociais e barracas, apresentam níveis de insucesso escolar elevados e há uma ausência de indícios de mobilidade profissional ascendente. Garcia²⁹ evidencia também numa investigação empírica, que é pequena ou mesmo nula a relevância cultural atribuída às comunidades estrangeiras na sociedade portuguesa e na riqueza cultural do país. Neste domínio é interessante referir o trabalho de Vala, Pereira e Ramos³⁰ que indica que Portugal apresenta um nível mais alto de expressão pública que se opõe à imigração do que a média europeia e do que a Alemanha, França e Reino Unido, em particular, sendo este o resultado de uma sensação de ameaça cultural, sustentada por convicções racistas e rejeição de valores igualitários.

São vários os estudos que apontam as condições precárias dos trabalhadores africanos em Portugal, sobretudo onde são mais numerosos, na área metropolitana de Lisboa. Eaton³¹ por exemplo, refere-se a esta mão-de-obra flexível nestes termos: salários baixos, abuso e exploração por empregadores por vezes sem escrúpulos, preconceitos raciais ocasionais, violência racista esporádica, discriminação nas áreas da habitação e educação, reunindo-os significativamente em ‘semi-escravatura’. Malheiros e Vala³², que também indicam problemas de discriminação e preconceito por parte de empregadores, sublinham a dificuldade acrescida em encontrar emprego entre os Africanos na área metropolitana de Lisboa nos anos 90 (entre 1991 e 2001), devido à crescente concorrência com os ‘novos’ emigrantes de Leste e Asiáticos, mais qualificados num caso e menos relutantes em aceitarem salários mais baixos no outro. Neste período, regista-se um aumento da taxa de desemprego entre os Africanos, o que é contrário a todos os outros grupos de emigrantes³³. Marques³⁴ argumenta que a representação contemporânea dos imigrantes africanos em Portugal ainda deve muito ao ‘negro colonizado’.

Por alturas do encontro de futebol, em 2001, e apesar das melhorias das condições de habitação devido a políticas como o Programa Especial de Realojamento, os Africanos eram aqueles que apresentavam as mais altas taxas de pessoas a viverem em bairros de lata, tendo ainda uma muito alta proporção de pessoas a viverem em casas sobrelotadas³⁵, não dispondo de boas acessibilidades aos centros de comércio e serviços, isolados das redes ferroviárias, auto-estradas, cemitérios, áreas industriais, etc.³⁶. Sem dúvida que o capitalismo residente na reestruturação da área metropolitana de Lisboa, nos grandes projectos e obras públicas dos anos 90, gira em torno da produção de um novo tipo de corpo trabalhador, um corpo que constitui em si uma estratégia de acumulação³⁷. Este corpo colectivo de força de trabalho, dividido em hierarquias de capacidades, técnicas, autoridade, de funções manuais e mentais, sempre com relações instáveis entre si³⁸, quando cruzado com as categorias de ‘classe’ e ‘raça’ torna-se particularmente poderoso.

A construção europeia da África assentou na teoria do darwinismo social, na qual a ‘raça branca’ é superior a todas as outras. De escravo a indígena, de indígena a assimilado quando culturalmente europeizado, a reforma de 1951 revogou o Acto Colonial de 1930, e pretendeu alterar por legislação as relações entre espaços e pessoas no império português, harmonizando por decreto as relações entre colonizador e colonizado. As colónias passaram a ser províncias ultramarinas, e o império passou a ser uma nação ‘do Minho a Timor’. Numa das típicas canções da Mocidade Portuguesa (música e letra de Mário de Sampayo Ribeiro), entoada nas escolas primárias e secundárias, podia-se ouvir: ‘A nossa Pátria é tão grande que o Sol não deixa de a ver - Quando se esconde no Corvo em Timor está a nascer - É Portugal um jardim Espalhado pelo mundo inteiro - E nele só vicejam flores de que Deus foi jardineiro!’.

O ‘Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique’, aprovado por Decreto-lei de 20 de Maio de 1954, consignava as modalidades segundo as quais qualquer ‘indígena’ das colónias portuguesas podia ser ‘elevado’ à condição de ‘assimilado’. Em teoria, qualquer indivíduo que soubesse ler e escrever em português e demonstrasse possuir actividade laboral remune-

rada poderia ascender a essa condição. Mas os dados do *Relatório da Aplicação do Estatuto dos Indígenas Portugueses referente aos anos de 1955, 1956, 1957, 1958, Província de Moçambique*, elaborado pela Direcção dos Serviços dos Negócios Indígenas, não deixam dúvidas quanto ao insucesso do processo de assimilação, fosse pela dificuldade em preencher os requisitos ou inconvenientes que daí advinham, fosse pelo parco empenho das autoridades administrativas ou decisores políticos em que tal processo se consumasse de forma escorreta. Em 1955 apenas 28 ‘indígenas’ obtiveram o estatuto de assimilado em toda a colónia. Nos anos seguintes, e até 1958, os valores aumentaram, mas, ainda assim, o total de todos os distritos para esses 4 anos não ultrapassou os 442 indivíduos! A lei do assimilado, o estatuto do indígena, era uma lei não cumprida na prática, e a inferiorização, a discriminação, a segregação e o trabalho forçado sempre foram a regra nas colónias portuguesas. Ao entender a cidadania para negros e mestiços houve uma legitimação da ‘supremacia branca’, da opressão da raça e classe para os excluídos, ou seja, a maioria africana³⁹.

Em 1995, numa sondagem publicada pelo jornal *Público*, apenas 3% dos inquiridos se diziam racistas, e 80,9% do total afirmava mesmo que não era racista de todo. Se estes dados podem não surpreender em si, já o facto dos inquiridos revelarem que os povos da Europa do Norte são muito mais racistas do que os Portugueses, indica que ‘nós’ julgamos ser diferentes, diferentes para melhor. O que nos leva a presumir convictamente isso fundamenta-se, em parte, numa associação entre a suposta plasticidade e a cordialidade do luso-tropicalismo e o carácter nacional, que alegadamente desemboca numa associação fraca entre a identidade nacional e a discriminação⁴⁰. Ao mesmo tempo, ao passo que o luso-tropicalismo pode ‘proteger’ os portugueses de expressões públicas de discriminação aberta (havendo no entanto muitos exemplos da existência desta discriminação pública), não os protege de novas e escondidas formas de discriminação, tal como a inferiorização cultural⁴¹. Para Freyre, que foi aluno de Franz Boas, a capacidade de miscigenação tropical do português é mesmo in-corporada ‘amorenando-se sob o sol dos trópicos ou sob a acção ou o requieime da mestiçagem tropical (...)

dando à cultura e, em certas áreas, à própria gente lusitana, uma espécie de vigor híbrido⁴². Às críticas das Nações Unidas, Portugal respondia de forma autista com a nação indivisível, com a ausência de discriminação e segregação racial nas províncias, e com o aparente exemplo de democracia racial do Brasil. O ‘não racismo’ português, para além de um traço ideológico, adquiriu também dimensões míticas⁴³. Antes de podermos chegar a um *third space* de Homi Bhabha ou a um hibridismo cultural cosmopolita, é necessário desconstruir ou problematizar o discurso lusotropicalista que de certa forma inicia o mito do português como não-racista, que foi cientificamente adoptado por um conjunto largo de académicos (i.e. Jorge Dias, Henrique de Barros, Adriano Moreira e Orlando Ribeiro), com uma marcada ausência de espírito crítico, e que ainda hoje está fortemente presente na sociedade portuguesa⁴⁴.

Tal como as fotografias de Ingrid Pollard, que destabilizam a paisagem pastoral inglesa através da presença de um estranho corpo negro⁴⁵, o que mais alvoroçou os media e a sociedade portuguesa no desfecho do jogo de 2001, foi a ‘violência’ de corpos negros em plena ‘metrópole’. Esta desterritorialização da violência em directo perturba a construção de noções claras do lugar dos corpos da espacialidade dos comportamentos que devem e podem ser aceites⁴⁶. Se isto se tivesse passado em África, nada de excepcional teria ocorrido. A ‘área cultural lusotropical’ e a configuração social híbrida única que ainda permeia discursos no país não encontravam eco nestes acontecimentos. O jogo despoletou também uma série de comentários de jornalistas e de adeptos que estabelecem a ponte entre a batalha no relvado e ideias enraizadas na sociedade portuguesa que se fixam através de processos da construção de um Outro africano, negro, emigrante de segunda geração, delinquente. O discurso, a discriminação, o distorcer da linguagem e de terminologia aproxima-se de Nova Orleães. Aos corpos negros em Alvalade, quer dentro quer fora do estádio, eram associadas geografias imaginativas de exclusão que desafinavam com a construção passada do bom selvagem. A África feminina dos exploradores, dos variados fenótipos vistos como esbeltos, do erotismo feminino africano, estava longe desta ‘maré negra’ como alguém se referiu ao comentar a violência em

torno de Alvalade. A geografia do desejo, histórica e socialmente construída era agora indesejada em casa. De certo modo, África e os africanos sempre foram construídos pelos europeus como o retrato de Dorian Gray; as suas geografias são o estandarte no qual o mestre coloca todas as suas deformidades físicas e morais para que continue em frente, erecto e imaculado.

Não querendo cair numa lógica maniqueísta de vítimas e culpados determinados pela ‘raça’, quer defendendo uma perspectiva Marxista quer Weberiana, e não esquecendo o poderoso retrato de Lobo Antunes dos colonos brancos retornados de Angola, subalternos explorados pelos Europeus, vistos em Portugal como os ‘Pretos de Lisboa’, sem terra, sem identidade, sem poder, sem amor⁴⁷, creio que no contexto do ‘jogo’ de 2001, tal como no caso de Nova Orleães, as categorias ‘classe’ e ‘raça’ aparecem marcadamente cruzadas. O terreno ‘pós-colonial’ de 8000 m² onde decorreu o jogo de 2001, semanticamente adjetivado como um espaço que sucede a um tempo de ódio, guerra e violência, denota que a dimensão temporal da expressão pós-colonialismo encerra perigos, e nas palavras de Gandhi⁴⁸ revela-se falsamente utópica e prematuramente comemorativa⁴⁹.

É com certeza arriscado estabelecer uma relação entre os 70 minutos de (não) futebol juntamente com a violência gerada no e fora do estádio, e os séculos de opressão e exploração. Quando o espectáculo e resultado de um jogo de futebol não se materializou num escape de um quotidiano áspero, quando não proporcionou a desejada ainda que efémera alegria da vitória sobre aqueles que representam a brutalidade de um passado e muitas vezes um presente colonial⁵⁰, aflorou uma certa frustração. Aqui ‘em casa’, os mais de 25 anos de miséria, discriminação e preconceitos quer sociais quer raciais, não construíram apenas corpos como entidades passivas pertencentes a uma máquina particular de papéis económicos performativos, em que estes são diferenciados e marcados por diferentes capacidades produtivas e qualidade físicas de acordo com a história, geografia, cultura e tradição⁵¹, mas resultaram também em corpos implicados em processos de resistência, contendo desejos de reforma, rebelião e mesmo revolução.

Quando os africanos pós-coloniais migram para Portugal, migram para ocupar posições de classe que lhes retiram toda e qualquer mais-valia enquanto exóticos localizados⁵². A sua posição social e a sua cor de pele empurra-os para um espaço em espiral de ‘bairros problemáticos, exclusão social, emprego precário, bairros problemáticos’... Em *O Vento Assobiando nas Gruas*, Lúcia Jorge retrata bem esta farsa da pluralidade de uma sociedade pós-colonial, que não se reconhece nem aceita enquanto tal. A criação de um novo espaço para resolver a crise do espaço português pós-colonial desemboca na ideia de Eduardo Lourenço de que ‘Portugal é um país que nunca saiu dele. Sai sem sair’.

Uma história simples?

A história do meu corpo vai de encontro à ideia de Haraway⁵³ de que os corpos não são apenas de carne e osso, mas são mapas de poder e de identidade. Os contrastes chocantes entre a cirurgia que implica o saber e poder fazer parte de uma rede de contactos e movimentos globais, que implica um custo 100 vezes superior ao rendimento anual per capita no Quênia, e as próteses lançadas no Afeganistão, mostram o quanto corpos diferentes em lugares diferentes têm valores, conhecimentos e poderes distintos. No final de contas, a incursão do meu corpo pela América do Norte, e a minha confrontação com outros corpos, foi inicialmente gerada por uma malformação congénita resultado mais provável do paludismo. O espaço e o tempo apontam para África no final dos anos 60. Um casal, um dos muitos dessas centenas de milhares de mobilizados para o ultramar, fazia de forma pouco convencional, pouco imaginada e não sonhada, o seu início de vida a dois. Ao contrário do Katrina, o império ficcionado que se excedeu a si mesmo, como o fez com muitos de ‘cá e lá’, chocou mesmo com o meu corpo.

A violência nos 8000 m² em Lisboa, quando 22 corpos colidiram sob efeito da cor da pele e de muitos anos de desigualdade, reporta-se também a África, ao outro lado do que em tempos se quis que fosse um Brasil em África. ‘Raça’, etnicidade, classe, sexualidade, género, etc. constituem processos de normalização (que frequentemente são construídas como naturais) entendidas por Foucault como

prisões sociais, sobre os quais a Geografia deve reflectir com uma certa dose de plasticidade. O reconhecer e aprender a partir das geografias do corpo, sejam elas experiências individuais e de escala micro, ou processos de marginalização e discriminação de escala mais abrangente (que não se devem restringir aos locais paradigmáticos de diversidade étnica urbana ‘exótica’), permite abordar não a diferença por si, mas a diferença significativa. Assim como o corpo tem uma geografia histórica a partir da qual podemos tentar compreender a produção do poder, do território e da desigualdade, também a nossa própria tentativa de cartografar essas geografias é corporizada e inescapável.

Notas

¹ Longhurst 2005: 94. ² Barnes e Gregory 1997; Rose 1997. ³ Harvey 2000. ⁴ Oscar Pistorius: atleta com membros inferiores amputados que tentou sem sucesso obter tempos mínimos para participar nos Jogos Olímpicos de Pequim em 2008, após um demorado e controverso processo em que lhe foi reconhecida essa possibilidade. ⁵ Longhurst 2005. ⁶ Sarmiento 2004. ⁷ A natureza do nosso corpo é perfeitamente compreensível quando analisamos a mortalidade (em percentagem) resultante de atropelamentos rodoviários em função da velocidade dos automóveis: 5% a 32km/h; 45% a 48km/h, 85% a 64km/h, e 100% a velocidades acima de 80km/h. ⁸ Ver Adey 2004. ⁹ Graham e Marvin 2001. ¹⁰ Ver Sui 2003 e www.mensfitness.com. Houston classificou-se em número um em 2002, 2003 e 2005, tendo sido a quinta em 2006, a sétima em 2007 e a décima em 2008. ¹¹ Ver Eid et al 2008. ¹² Sui 2003. ¹³ Hoelscher et al 2004. ¹⁴ Block, Scribner e DeSalvo 2004. ¹⁵ Ver Brito-Henriques 2009, neste volume. ¹⁶ US Census Bureau 2001. ¹⁷ Elliot e Pais 2006. ¹⁸ Ver Sommers et al 2006. ¹⁹ Discurso do Presidente da República Portuguesa em 10 de Junho de 2008. ²⁰ Luís Boa Morte tem ascendência Guineense enquanto os pais de Jorge Andrade são Cabo-verdianos. ²¹ À semelhança de Salazar, que nunca chegou a pisar nenhuma das ex-colónias, a selecção portuguesa de futebol nunca jogou no continente Africano (quer em jogos oficiais, quer em jogos particulares). ²² Jornal Público, 16 Novembro 2001: 43. ²³ Ver Brown 1998 para mais detalhes sobre racismo e futebol. ²⁴ UNICEF 1999. ²⁵ See Coelho ²⁶ Darby 2006. ²⁷ Machado 1994. ²⁸ Dora Poseidónio 2004. ²⁹ Garcia 2000. ³⁰ Vala, Pereira e Ramos 2006. ³¹ Eaton 2004. ³² Malheiros e Vala 2004. ³³ Malheiros e Vala 2004. ³⁴ Marques 2007. ³⁵ Malheiros e Vala 2004. ³⁶ Fonseca 2008.

³⁷ Harvey 2000; Sarmiento 2008; Philo 2009 neste volume. ³⁸ Harvey 2000. ³⁹ Hernandez 2002. ⁴⁰ Vala, Lopes e Lima 2008. ⁴¹ Vala, Lopes e Lima 2008. ⁴² Freyre 1956: 14-16. ⁴³ Marques 2007. ⁴⁴ Neto 1997 e Bastos 1998. ⁴⁵ Ver Kinsman 1995. ⁴⁶ ver Philo 2009 neste volume. ⁴⁷ Santos 2005. ⁴⁸ Gandhi 1998. ⁴⁹ Passados não muitos anos sobre este episódio, em Junho de 2005, inventou-se um arrastão ‘à moda brasileira’ na praia de Carcavelos, revelando uma vez mais uma paranóia colectiva de ‘negrofobia’ e de construção de um outro (ver Almeida 2006 e Carvalheiro 2008). ⁵⁰ Gregory 2004. ⁵¹ Harvey 2000. ⁵² Almeida 2006. ⁵³ Haraway 1991.

Referências

- Adey, P. 2004. Secured and Sorted Mobilities: Examples from the Airport *Surveillance & Society* 1(4): 500-519.
- Almeida, M. V. 2006. Comentário in Sanches, M. R. (Ed.) *Portugal não é um país pequeno. Contar o ‘império’ na pós-colonialidade*. Lisboa: Cotovia.
- Barnes, T. J. e Gregory, D. 1997. Worlding geography: geography as situated knowledge. In: Barnes, T. J. e Gregory, D. (Eds.) *Reading Human Geography: the Poetics and Politics of Inquiry*. Londres: Arnold, pp. 13–26.
- Bastos, C. 1998. Tristes trópicos e alegres luso-tropicalismos: das notas de viagem em Lévi-Strauss e Gilberto Freyre *Análise Social*, XXXIII (146-147): 415-432.
- Block, J. P. Scribner. R. A. e DeSalvo, K. B 2004 Fast Food, Race/Ethnicity, and Income A Geographic Analysis *American Journal of Preventive Medicine* 27(3): 211-217.
- Brito-Henriques, E. (2009) Fausto entre nós. Geografias pós-humanas In Azevedo A. F. Pimenta J. R. Sarmiento J (Eds.) *Embodied Geographies. Ensaios de Geografia Cultural*. Porto: Figueirinhas.
- Brown, A. 1998. (Ed.) *Fanatics! Power, identity & fandom in football*. Londres: Routledge:
- Butler, J. 1993. *Bodies that Matter: on the Discursive Limits of Sex*. Londres: Routledge:
- Carvalheiro, J. R. 2008 Etnicidade e os Media: o ‘arrastão’ de Carcavelos na Imprensa *Observatorio (OBS*) Journal*, 5 (2008), 297-323.
- Coelho, J. N. 1998. ‘On the border’: some notes on football and national identity in Portugal In Brown, A. (Ed.) *Fanatics! Power, identity & fandom in football*. Londres: Routledge:

- Darby, P. 2006 Migração de jogadores de futebol para Portugal: recurso colonial e neo-colonial *Análise Social*, XLI (176): 417-433.
- Eaton, M. 2001. Lusophone-African Insertions in Portugal's Dual Labour Market *International Journal of Iberian Studies* 14(3): 157-167.
- Eid, J. Overman, H. D. Puga, D. e Turner, M. A. 2008. Fat city: Questioning the relationship between urban sprawl and obesity *Journal of Urban Economics* 63: 385-404.
- Elliot, J. R. e Pais, J. 2006 'Race, class, and Hurricane Katrina: Social differences in human responses to disaster' *Social Science Research* 35: 295-321.
- Fonseca, M. L. 2008. Immigration, Urban Change and New Social Inclusion Policies: the Urban Community Development Program "K" Cidade" in Lisbon' In Fonseca, M. L. (Ed.) *Cities in Movement: Migrants and Urban Change*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos.
- Freyre, G. 1956. Um Amigo Brasileiro de Moniz Barreto *Boletim do Instituto Vasco da Gama* 72, pp. 11-40.
- Gandhi, L. 1998. *Postcolonial Theory: a critical introduction*. Nova Iorque: Columbia University Press.
- Garcia, J. L. 2000. *Portugal migrante: emigrados e imigrados. Dois estudos introdutórios*. Oeiras: Celta Editora.
- Graham, S. e S. Marvin 2001. *Splintering Urbanism*. Londres: Routledge.
- Gregory, D. 2004. *The Colonial Present. Afghanistan, Palestine, Iraq*. Londres: Blackwell.
- Harvey, D. 2000. *Spaces of Hope*. Edinburgh University Press: Edinburgo
- Hernandez, L. M. G. L. 2002. *Os filhos da Terra do Sol. A formação do Estado-Nação em Cabo Verde*. São Paulo: Selo Negro.
- Hoelscher, D. M *et al* 2004. Measuring the prevalence of overweight in Texas schoolchildren *American Journal of Public Health*, 94(6), Junho: 1002-1008.
- Jorge, L. 2002. *O Vento Assobiando nas Gruas*. Lisboa: D. Quixote.
- Kinsman, P. 1995. Landscape, race and national identity: the photography of Ingrid Polard *Area* 27: 300-310.
- Longhurst, R. 2005. The Body In Atkinson, D. Jackson, P Sibley, D and Washbourne, N (Eds.) *Cultural Geography. A Critical Dictionary of Key Concepts*. Londres: I. B. Tauris.
- Machado, F. L. 2004. Luso-Africanos em Portugal: nas duas margens da etnicidade. *Sociologia – Problemas e práticas* 16: 111-134.
- Malheiros, J. M. e Vala, F. 2004. Immigration and City Change: The Lisbon Metropolis at the Turn of the Twentieth Century *Journal of Ethnic and Migration Studies* 30 (4): 1065-1086.

- Marques, J. F. 2007. Les Racistes, C'est les autres. Les origines du mythe du 'non-racisme' des Portugais *Lusotopie*. XIV (1): 71-88.
- Neto, M. C. 1997. Ideologias, contradições e mistificações da Colonização de Angola no século XX. *Lusotopie* 327-259.
- Philo, C. 2009. População Acumulada: Corpos, Instituições e Espaço In Azevedo A. F. Pimenta J. R. Sarmiento J (Eds.) *Embodied Geographies. Ensaios de Geografia Cultural*. Porto: Figueirinhas.
- Posseidónio, D. 2004. The descendents of Angolans and Luso-Angolans in the Lisbon Metropolitan Area: aspects of their integration *Finisterra*, XXXIX, 77: 39-58.
- Rose, G. 1997. Situating knowledges: positionality, reflexivities and other tactics *Progress in Human Geography* 21: 305-320.
- Santos, H. 2005. O Esplendor de Portugal de António Lobo Antunes. Um Romance Pós-Colonial? Identidade, "Raça", (Des) Território. *O Cabo dos Trabalhos: Revista Electrónica dos Programas de Mestrado e Doutoramento do CES/FEUC/FLUC*, 1.
- Sarmiento, J. 2008. David Harvey e a Geografia Cultural In Correia, L; Rosendahl, Z (eds.) *Cultura: Pluralidade Temática*, Rio de Janeiro: Editora EdUERJ, pp.53-79.
- Sarmiento, J. 2004. *Representação, Imaginação e Espaço Virtual: Geografias de Paisagens Turísticas dos Açores e de West Cork*. Lisboa: Fundação para a Ciência e Tecnologia e Fundação Calouste Gulbenkian.
- Sommers, S. R. Apfelbaum, E. P. Dukes, K, N, Toosi, N e Wang, E. J. 2006. Race and Media Coverage of Hurricane Katrina: Analysis, Implications, and Future Research Questions. *Analyses of Social Issues and Public Policy* 6(1): 39-55.
- Sui, D. Z. 2003. Musings on the Fat City: are obesity and urban forms linked? *Urban Geography* 24(1): 75-84.
- Unicef 1999. *State of the World's Children*. Geneva: Unicef.
- US Census Bureau 2001. *American Housing Survey for the United States*. Washington: US Census Bureau.
- Vala, J. Pereira C. e Ramos A. 2006. Racial prejudice, threat perception and opposition to immigration: a comparative analysis *Portuguese Journal of Social Science* 5(2): 119-140.
- Vala J. Diniz L. e Lima, M. 2008. Black Immigrants in Portugal: Luso-Tropicalism and Prejudice *Journal of Social Issues* 64(2); 287-302.